



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0001937-80.2023.6.22.8000

INTERESSADO: Assessoria de Comunicação - ASCOM

ASSUNTO: Dispensa Eletrônica – Aquisição de material permanente - Equipamentos de audiovisual.

DESPACHO Nº 1560 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Assessoria de Comunicação - ASCOM, que tem como objeto a aquisição de materiais permanentes - equipamentos de audiovisual. No Documento de Formalização da Demanda - DFD, a unidade define os contornos iniciais da contratação com dispensa de licitação em razão do valor ([1070453](#)).

Carreou-se a Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado ([1086535](#)) e versão final do Termo de Referência ([1086562](#)), com a especificação do objeto, a justificativa, os critérios de sustentabilidade ambiental, critérios de aceitação do objeto, valor e prazo, contrato, pagamento, gestão e fiscalização.

O valor total da contratação foi estimado em **R\$ 28.446,61** (vinte e oito mil quatrocentos e quarenta e seis reais e sessenta e um centavos), valor obtido a partir das fontes de preço: sites de domínio público e certames públicos registrados na plataforma Banco de Preços, nos termos registrados na Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado ([1086535](#)).

Os autos foram encaminhados pela SAOFC: à SAC, para nova análise dos documentos acostados aos autos pela unidade requisitante; à COFC, para programação orçamentária da despesa; e à AJSAOFC, para análise e emissão de parecer jurídico ([1087095](#)).

A COFC juntou Programação Orçamentária no valor de R\$ 28.446,61 para custear a despesa ([1087944](#)), contendo ainda a informação de que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (PPA, LDO e LOA).

A Seção de Apoio às Contratações - SAC, unidade responsável pela avaliação de projeto básico e termo de referência, verificou que a FASE DE PLANEJAMENTO, constituída pelo DOCUMENTO FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA (DFD), evento [1070453](#); pela PESQUISA DE PREÇOS - ICVEC (evento [1086535](#)); e pelo TERMO DE REFERÊNCIA (TR) Nº



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3/2023 - PRES/ASESP/ASCOM, evento ([1086562](#)), encontram-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, para **contratação direta por dispensa de licitação**, utilizando a dispensa eletrônica ([1087405](#)).

A AJSAOFC emitiu o Parecer Jurídico n. 271/2023 ([1088400](#)), no qual conclui pela regularidade e observância dos requisitos formais dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação, previstos no art. 72 da Lei nº 14.133/2021 e nas disposições da Instrução Normativa TRE-RO nº 9/2022; bem como pela **possibilidade de a contratação pretendida ser processada por meio da DISPENSA ELETRÔNICA** disciplinado pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, na forma sugerida pela SAC e, ainda, com fundamento no art. 28, § 1º da Instrução Normativa TRE-RO nº 9/2022.

O Secretário da SAOFC, mediante o Despacho n. 2847/2023-GABSAOFC ([1088562](#)), autorizou a contratação por meio de DISPENSA ELETRÔNICA e remeteu o feito à ASLIC para o processamento, com o registro, divulgação, operacionalização, julgamento da proposta, habilitação e elaboração de relatório e continuidade da tramitação, de acordo com item 15, "b", do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022.

Em atendimento à Solicitação de Diligência-ASLIC ([1088988](#)), a ASCOM instruiu os autos com o Termo de Referência n. 4/2023-PRES/ASESP/ASCOM ([1089307](#)), promovendo os esclarecimentos necessários na descrição do objeto.

Na sequência, a ASLIC deu continuidade à tramitação do feito, com a operacionalização da divulgação do Aviso de Dispensa Eletrônica no PNCP, no Sistema Comprasnet e no Portal de Transparência deste Tribunal ([1089489](#)), julgamento das propostas ([1097856](#)) e juntada dos documentos relativos a habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista das ofertantes das melhores propostas ([1097824](#), [1097845](#), [1097850](#), [1097847](#), [1097855](#)). **Os itens 3, 4 e 8 do presente certame restaram fracassados.**

Juntou-se aos autos Relatórios de Propostas ([1092476](#), [1092481](#), [1092483](#), [1092485](#), [1092488](#), [1092490](#), [1092494](#), [1092497](#) e [1092501](#)) e Relatório da ASLIC ([1098811](#)) certificando as principais ocorrências do certame.

A Assessoria Jurídica da SAOFC, por meio do Parecer Jurídico nº 304/2023 ([1099098](#)), opinou pela adjudicação do resultado da Dispensa Eletrônica nº 31/2023 ([1089485](#)), nos exatos contornos registrados



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

nos relatórios de propostas extraídos do sistema, reproduzidos no relatório juntado ao processo pelo agente de contratação ([1098811](#)), para adjudicação do seu objeto às seguintes proponentes: a) JABEZ FILIPE BASTOS DE OLIVEIRA - CNPJ 43.492.160/0001-08 (item 1); b) PUBLIC SHOP ELETRO ELETRÔNICOS LTDA - CNPJ 34.354.190/0001-67 (item 2); c) RAYANE APARECIDA SILVA DO NASCIMENTO - CNPJ 49.954.113/0001-15 (itens 5 e 6); d) SAYMON GOMES PEREIRA - CNPJ 24.838.277/0001-56 (item 7); e) OMEGA EMPRESA BRASILEIRA DE COMÉRCIO LTDA - CNPJ 42.180.772/0001-00 (item 9); bem como pela homologação do certame pela autoridade competente, caso adjudicado, pela própria autoridade administrativa, com fundamento no art. 23 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021.

Por fim, registrou que deverá a unidade demandante, com fulcro no § 3, Art. 31, da Instrução Normativa nº 09/2022 ([0917187](#)), considerando **que os itens 3, 4 e 8 do presente certame restaram fracassados**, avaliar posteriormente as possíveis causas do fracasso dos itens supracitados, bem como verificar as seguintes medidas e submetê-las à deliberação do titular da SAOFC.

De posse dos autos, o Secretário da SAOFC manifestou-se pela aprovação dos documentos que integram a fase de planejamento (DFD - evento [1070453](#), TR - evento [1089307](#) e Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação, evento [1086535](#)); pela **adjudicação do resultado da Dispensa Eletrônica nº 31/2023** ([1089485](#)), nos exatos contornos registrados nos relatórios de propostas extraídos do sistema, que teve seus dados reproduzidos no relatório juntado ao processo pelo agente de contratação ([1098811](#)); pela **regularidade da Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação** ([1069442](#)) e, em cumprimento ao item 21.3 do Anexo II da Resolução CNJ nº. 215/2015 e ao Acórdão TCU nº. 2622/2015 – Plenário, a qual submeto para decisão superior; pela **autorização da despesa** de forma direta por dispensa de licitação em razão do valor, com fulcro no inciso **VIII do art. 72 c/c o art. 75, inciso II da Lei. nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos)**; e **publicação do ato autorizativo da contratação direta** e demais documentos necessários no sítio eletrônico oficial do TRE-RO, em consonância com o parágrafo único do art. 72 da Lei. nº 14.133/2021, c/c o disposto no item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022, bem como a inserção dos dados contratuais pertinentes no Contratos.gov.br, o qual automaticamente os divulgará no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em consonância com o **art. 94 da Lei. nº 14.133/2021**, com



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

precedente no Acórdão TCU nº 1336/06 - Plenário (Manifestação n. 568/2023-GABSAOFC - evento [1100937](#)).

Assim instruídos, vieram os autos a esta Diretoria-Geral para apreciação e deliberação.

Conforme consta do Termo de Referência, há necessidade da aquisição pretendida, tendo em vista que a Assessoria de Comunicação Social - ASCOM produz conteúdos audiovisuais com vistas a alcançar o público interno e externo do TRE-RO. Ocorre que, para confecção de tais conteúdos, é imprescindível a utilização de equipamentos de áudio e vídeo modernos capazes de captar imagens e som com qualidade e alto desempenho, especialmente para produção de entrevistas, documentários, transmissões ao vivo, vídeos institucionais, vídeos educativos, registrar eventos oficiais do TRE-RO, como a posse de novos juízes, a realização de audiências públicas e cerimônias de premiação, entre outros.

De fato, a contratação poderá ser processada de forma direta, por dispensa de licitação, uma vez que o valor de **R\$ 28.446,61** (vinte e oito mil quatrocentos e quarenta e seis reais e sessenta e um centavos) está dentro do limite legal permitido, consoante art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021.

Considerando o comando expresso prescrito no § 3º do artigo 75 da Lei n. 14.133/2021, as contratações de que tratam os incisos I e II do **caput** deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis:

Seção III

Da Dispensa de Licitação

Art. 75. É **dispensável** a licitação:

(...)

II - para contratação que envolva **valores inferiores a R\$ 50.000,00** (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras; ~~(Vide Decreto nº 10.922, de 2021)~~ ~~(Vigência)~~ [\(Vide Decreto nº 11.317, de 2022\)](#) [Vigência](#)

(...)

§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e **II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial**, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa. (grifei)

Nos termos trazidos, podemos citar a redação trazida pela [Instrução Normativa n. 67/2021](#), da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia - SEGES/ME:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Art. 4º Os órgãos e entidades adotarão a dispensa de licitação, na forma eletrônica, nas seguintes hipóteses:

I - contratação de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores, no limite do disposto no inciso I do **caput** do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - contratação de bens e serviços, no limite do disposto no inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021; (grifei).

Pela leitura do dispositivo normativo acima citado, percebe-se que o sistema de **dispensa eletrônica** é aplicado, dentre outros, para os casos de dispensa de licitação que não ultrapassem os limites indicados nos incisos I e II do artigo 75 da Lei n. 14.133/2021, atualmente balizados, respectivamente, em R\$ 114.416,65 (cento e quatorze mil quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e cinco centavos), para obras e serviços de engenharia e serviços de manutenção de veículos automotores, e R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos) para os demais serviços e compras.

Desse modo, a dispensa de licitação eletrônica é cabível nas situações em que a escolha do futuro contratado for pautada no critério preço, sem que aspectos qualitativos sejam determinantes ou relevantes, o que constitui a maioria expressiva dos casos de dispensa de licitação, de forma que a não utilização da dispensa de licitação eletrônica passa a ser a exceção, que tem lugar em casos específicos, como os que envolvem emergências, inovação tecnológica, serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e outras situações de dispensa.

O procedimento da dispensa de licitação eletrônica segue o fluxo estabelecido no artigo 72 da Lei n. 14.133/2021 para as contratações diretas, com a particularidade de realizar-se em ambiente eletrônico, acrescido de exigências relevantes no tocante à seleção do futuro contratado, uma espécie de modalidade simplificada de licitação e mais célere que contempla o princípio da isonomia.

Feitos os devidos registros normativos, no caso sob análise, constata-se que considerando o valor da aquisição envolvida (**R\$ 28.446,61**) poder-se-ia aplicar à dispensa o regime eletrônico previsto no § 3º do art. 75 da Lei n. 14.133/021, procedimento normatizado pela [Instrução Normativa n. 67/2021](#), da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia -SEGES/ME, o que de fato foi aplicado para operacionalizar a presente contratação.

Extrai-se que o agente de contratação trouxe aos autos relatórios de propostas



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

([1092476](#), [1092481](#), [1092483](#), [1092485](#), [1092488](#), [1092490](#), [1092494](#), [1092497](#) e [1092501](#)) e, ao final, juntou o Relatório nº 67/2023 - PRES/DG/SAOFC/ASLIC ([1098811](#)), expondo as principais ocorrências no curso do procedimento de contratação direta.

No dia e horário agendados, o Agente de Contratação iniciou a operação do Sistema de Dispensa Eletrônica não havendo relato de qualquer intercorrência a impactar a conclusão dos trabalhos. Cumpridas as fases de julgamento das propostas e habilitação, mediante aplicação objetiva do critério para aceitação da proposta, as propostas apresentadas constam em relatórios extraídos do sistema ([1092476](#), [1092481](#), [1092483](#), [1092485](#), [1092488](#), [1092490](#), [1092494](#), [1092497](#) e [1092501](#)).

Conforme já relatado, verifica-se que mediante o Parecer Jurídico nº 304/2023 ([1099098](#)), a Assessoria Jurídica da SAOFC opinou pela adjudicação do resultado da Dispensa Eletrônica n. **31/2023** ([1089485](#)), nos exatos contornos registrados no relatório de propostas extraído do sistema ([1097856](#)), que teve seus dados reproduzidos no relatório juntado ao processo pelo agente de contratação ([1098811](#)), e via de consequência, **pela homologação da contratação direta pela autoridade competente**. Registrou, ainda, considerando o fracasso do certame para os itens **3, 4 e 8**, que a unidade demandante avalie a adoção das medidas previstas no § 3º, art. 31, da Instrução Normativa nº 09/2022 ([0917187](#)).

Analisando o procedimento propriamente dito, verifica-se que não houve pedido de esclarecimento ou qualquer ato dos proponentes acerca do objeto da contratação, não se registrando item deserto ou cancelado na fase da aceitação.

Observa-se que no curso da tramitação do procedimento foram obedecidos todos os normativos que regem a matéria, dando-se a devida divulgação do aviso da dispensa eletrônica no Portal Nacional de Contratações Públicas, com observância do **prazo mínimo de 03 (três) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas**, no qual também constou a definição do objeto, o valor estimado e a indicação do período no qual seriam recebidas as propostas ([1089489](#)).

Desse modo, conclui-se que o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados no Relatório ASLIC ([1098811](#)), não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar sua validade, uma vez que foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria TRE-RO n. 66/2018, com fundamento no art. 71 da Lei 14.133/2021 c/c art. 23 da [Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021](#):

1 - Aprovo o Termo de Referência nº 4/2023-PRES/ASESP/ASCOM ([1089307](#)), uma vez que possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso XXIII e alíneas, do artigo 6º, § 1º do art. 40 e no art. 150 da Lei n. 14.133/2020 c/c com o §1º do art. 10 e §1º do art. 15 da IN TRE-RO n. 9/2022;

2 - Aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva de evento [1086535](#), em cumprimento ao item 40 do Anexo II da Resolução CNJ n. 215/2015 (atualizado pela Portaria CNJ n. 57/2023) e ao [Acórdão TCU 2622/2015 - Plenário](#);

3 - ADJUDICO o resultado da Dispensa Eletrônica n. **31/2023** ([1089485](#)), nos exatos contornos registrados no Relatório Seleção de Fornecedores - Adjudicação/Homologação extraído do sistema ([1097856](#)), que teve seus dados reproduzidos no relatório juntado ao processo pelo agente de contratação ([1098811](#)), às seguintes empresas: a) JABEZ FILIPE BASTOS DE OLIVEIRA - CNPJ 43.492.160/0001-08 (item 1); b) PUBLIC SHOP ELETRO ELETRÔNICOS LTDA - CNPJ 34.354.190/0001-67 (item 2); c) RAYANE APARECIDA SILVA DO NASCIMENTO - CNPJ 49.954.113/0001-15 (itens 5 e 6); d) SAYMON GOMES PEREIRA - CNPJ 24.838.277/0001-56 (item 7); e) OMEGA EMPRESA BRASILEIRA DE COMÉRCIO LTDA - CNPJ 42.180.772/0001-00 (item 9);

4 - HOMOLOGO a Dispensa Eletrônica n. 31/2023, com fundamento no art. 23 da Instrução Normativa SEGES/ME n. 67/2021 e no art. 71, inciso IV da Lei n. 14.133/2021; e

5 - DETERMINO a divulgação e disposição ao público em sítio eletrônico oficial do TRE-RO, do extrato da nota de empenho, juntamente com o ato que autorizou a contratação direta, na forma do Parágrafo único do art. 72 da Lei n. 14.133/2021, além da regular publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Efetuada a homologação da Dispensa no Sistema Compras.gov.br, à **ASLIC** para juntar o extrato de homologação e publicação do resultado da dispensa nos sítios eletrônicos oficiais e anexar o comprovante aos autos.

À **ASCOM** para se manifestar, acerca dos itens **3, 4 e 8 fracassados, quanto à adoção das medidas alternativas previstas no § 3º, art. 31, da Instrução Normativa nº 09/2022** ([0917187](#)).

Por fim, devolvam-se os autos à **SAOFC** para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 21/12/2023, às 17:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1101687** e o código CRC **6971BC1B**.